



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade
Predial e Territorial Urbana

SICOP: 22079

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE RECOLHIMENTOS

I- PETIÇÃO

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou se for o caso, por intermédio de **seu representante legal**, vem requerer **TRANSPOSIÇÃO DE PAGAMENTO** da(s) cota(s) _____ da guia _____ do exercício _____ da inscrição _____ para a guia _____ do exercício _____ da inscrição _____.

MOTIVO: () Duplicidade de inscrição ou de Código de Logradouro - CL; () Erro na identificação do proprietário; () Erro na determinação do endereço do imóvel ou do destinatário; () Erro na montagem do carnê; () Outro - especificar: _____

II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).

Inscrição: _____ Código do Logradouro (CL): _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).

Nome: _____

CPF/CNPJ: _____ E-mail: _____

Identidade e órgão expedidor: _____ Telefone(s): _____

IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).

Nome: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).

Nome: _____

CPF: _____ E-mail: _____

Identidade e órgão expedidor: _____ Telefone (s): _____

VI- DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO: (salvo exceções sinalizadas, apresentar original e cópia ou cópia autenticada).

(Preenchimento do
Servidor)

**DOCUMENTO
JUNTADO?**

1- Identificação do Requerente:

1.1- Identidade e CPF do proprietário (pessoa física), sócio-gerente ou diretor (pessoa jurídica), do inventariante (espólio), na hipótese de não haver procurador constituído. O promitente comprador estará habilitado a requerer se estiver imitado na posse do imóvel e a promessa estiver registrada no Registro de Imóveis (RI). Também estará habilitado a requerer o adquirente de imóvel no caso de sucessão hereditária ainda não registrada no RI, desde que seja apresentado o formal de partilha homologado;

(S) (N) (NA)

1.2- Termo de Inventariante ou Escritura Pública de Inventariança (no caso de espólio), se a partilha não tiver sido registrada;

(S) (N) (NA)

1.3- Contrato Social, ou Estatuto e Ata de eleição da última diretoria, devidamente registrados (proprietário pessoa jurídica);

(S) (N) (NA)

1.4- Procuração outorgada pelas pessoas indicadas no subitem 1.1 (quando for o caso), contendo poderes específicos para o pleito e com firma reconhecida, ou cópia autenticada de instrumento público;

(S) (N) (NA)

1.5- Identidade e CPF do procurador (quando for o caso);

(S) (N) (NA)

2- Caso o requerente tenha sido induzido ao pagamento em inscrição diferente daquela relativa à sua unidade imobiliária, em decorrência de duplicidade de inscrição ou de CL, de erro na identificação do proprietário, de erro na determinação do endereço do imóvel ou do destinatário ou de erro na montagem do carnê.	(S) (N) (NA)
2.1- Certidão de Registro de Imóveis do imóvel beneficiário da transposição, comprovando a titularidade do requerente na ocasião do pagamento. Se a inscrição no cadastro imobiliário tiver sido dada como posse, a título precário, para efeitos exclusivamente fiscais, poderá ser apresentada a notificação de lançamento em nome do requerente à época;	(S) (N) (NA)
2.2- Original e duas cópias legíveis da guia de IPTU a que se refere o pedido e da(s) cota(s) objeto do pedido de transposição com a autenticação bancária ou comprovante de pagamento. As cópias serão autenticadas pelo servidor e uma será devolvida ao requerente;	(S) (N) (NA)
3- Nos casos não alcançados pelo item 2:	
3.1- Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis do(s) imóvel(eis) para cuja(s) inscrição(ões) o pagamento foi indevidamente efetuado, se este(s) vier(em) a ser constituído(s) em débito após a transposição. A Certidão deverá comprovar a titularidade do imóvel na época do pagamento. Se a inscrição no cadastro imobiliário tiver sido dada como posse, a título precário, para efeitos exclusivamente fiscais, poderá ser apresentada a notificação de lançamento da época;	(S) (N) (NA)
3.2- Autorização expressa do(s) titular(es) do imóvel para cuja inscrição o pagamento foi indevidamente efetuado, com firma reconhecida. Deverão estar indicados o(s) valor(es) a transpor e a(s) respectiva(s) cota(s), além do número e exercício da guia;	(S) (N) (NA)
3.3- Original e duas cópias legíveis da guia de IPTU a que se refere o pedido e da(s) cota(s) objeto do pedido de transposição com a autenticação bancária ou comprovante de pagamento. As cópias serão autenticadas pelo servidor e uma será devolvida ao requerente.	(S) (N) (NA)
● LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL	
VII– Informações complementares ao pedido (preenchimento pelo requerente, se for o caso)	
VIII– Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes no quadro VI. Data: ____/____/_____ _____ Nome do Requerente ou Procurador _____ Assinatura do Requerente ou Procurador	Recebido. Data: ____/____/_____ _____ Nome, matrícula e assinatura do servidor
X– TERMO DE EXIGÊNCIA (quando não forem apresentados quaisquer documentos previstos no quadro VI) Fica o requerente notificado de que deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias o(s) documento(s) assinalado(s) com "N" no quadro VI. A impossibilidade de apresentar quaisquer destes documentos deverá ser justificada por escrito. O não cumprimento da(s) exigência(s) no prazo tornará o pedido passível de indeferimento.	
_____ Data: ____/____/_____ _____ Nome, matrícula e assinatura do servidor	Ciente da exigência. Data: ____/____/_____ _____ Nome do Requerente ou Procurador _____ Assinatura do Requerente ou Procurador (ASSINAR SOMENTE NA PRESENÇA DO SERVIDOR)